

CPI - Ocorrências
Um submundo que movimentava milhões

■ **Nos bastidores do Congresso, o crime virou rotina**

JORGE ANTONIO BARROS

BRASÍLIA — O Congresso Nacional tem um enorme balcão paralelo de negócios, alguns deles ilegais e nada afeitos ao decoro parlamentar. Com uma circulação diária estimada em 20 mil pessoas (mais do que o dobro da população de Luiz Gomes, no Ceará, cidade natal do chefe de segurança do Senado, Francisco Pereira da Silva), o Congresso movimentava dezenas de milhares de dólares por dia em negócios da economia informal e de atividades que acabam virando caso de polícia — venda de contrabando, de passagens aéreas roubadas, agiotagem,

2* DEZ 1993

câmbio negro de dólares, jogo de bicho, agenciamento de prostitutas e até tráfico de drogas.

Para combater os crimes que ocorrem nos bastidores da Casa, há uma espécie de delegacia na Câmara com poder de polícia, sem xadrez e com déficit de pessoal, que registra até ocorrências como o furto do banco de uma bicicleta da filha do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, ocorrido no prédio onde ele mora. Nos banheiros e salas reservadas ocorrem pequenos delitos como a troca de um cheque com agiotas que cobram até 45% de juros. Um deles deu há dois meses o telefone do gabinete da presidência da Câmara dos Deputados (ramais 5000 a 5005), para agendar encontros.

No Departamento de Comissões da Câmara, um doleiro cos-

JORNAL DO BRASIL

tuma oferecer seus serviços de câmbio através de fichas deixadas para serem preenchidas pelos clientes. Há poucas semanas, os funcionários prepararam uma peça no cambista, deixando nos papéis os seguintes nomes de quem queria comprar muito dólar: os deputados João Alves e Ricardo Fiúza.

Assim como os bicheiros que ficavam na garagem do Senado, o doleiro sabe que os negócios estão meio em baixa desde que esquentou a CPI do Orçamento. Está todo mundo com os dois pés atrás. Acusada de agenciar prostitutas no Congresso, Maria Bethania Dias foi demitida há três meses do gabinete da liderança do PTB pelo líder, deputado Rodrigues Palma. Mas um deputado com gabinete no Anexo III garante que a maior prostituição da Câmara ocorre com

funcionárias empregadas em vagas rotativas quase que exclusivamente para fazer sexo em troca de presentes, recompensas financeiras ou promoções por *merecimento*.

Um segurança conta que a agiotagem na Câmara é "um verdadeiro clube privê" cujo acesso é feito com reservas, mas uma só exigência: o cheque tem que ser da Agência Parlamento do Banco do Brasil, uma das três agências bancárias instaladas no Congresso. A taxa de juros de 45% é inferior à do mercado externo e, por isso, atrai gente de fora que só consegue empréstimos se trocar seu cheque pelo de funcionário. Todo dia de pagamento, os primeiros da fila, em sua maioria, são agiotas. Para pegá-los, seria preciso quebrar o sigilo bancário de muita gente.